

PROTOCOLOS DE ACESSO DA REGULAÇÃO ESTADUAL AMBULATORIAL SES/SC

EXAMES ELETROFISIOLÓGICOS (ORL/FONO)

BERA (Brainstem Evoked Response Audiometry) ADULTO

**ESTUDO DE EMISSÕES OTOACÚSTICAS EVOCADAS TRANSITÓRIAS E
PRODUTOS DE DISTORSÃO (EOATs)**

**Florianópolis-SC
Fevereiro de 2018**

PROTOCOLO DE ACESSO DA REGULAÇÃO ESTADUAL

1. INTRODUÇÃO

Os serviços especializados ambulatoriais, sobretudo as consultas especializadas, compreendem a maior porta de entrada dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Entretanto, o acesso a este espaço ambulatorial é marcado por diferentes gargalos, decorrentes de elementos como: o modelo de gestão adotado entre Estado e Municípios, o dimensionamento e organização das ofertas de serviços especializados e também pelo grau de resolutividade da Atenção Básica (AB).

Os protocolos de regulação do acesso da Atenção Básica para Atenção Especializada (AE) constituem estratégias que impactam na qualificação do atendimento ao paciente, pois interferem em três pontos do sistema: Atenção Básica, Regulação e Atenção Especializada.

O emprego de protocolos de regulação de acesso aos serviços de saúde é uma necessidade e constitui um importante caminho de muita utilidade na gestão do conhecimento e na organização das ações de saúde. Os protocolos requerem esforço conjunto de gestores e profissionais para que o seu emprego seja, de fato, adequado às necessidades dos serviços, permitindo o estabelecimento de objetivos e metas por meio da implantação de ações.

O Projeto de elaboração dos protocolos de acesso ambulatorial da Regulação Estadual visa estabelecer a gestão das especialidades, por meio de critérios de prioridade de atendimento e fluxos estabelecidos, orientando os profissionais que atuam na Atenção Básica, dando qualificação às ações do médico regulador e, conseqüentemente, otimizando a oferta especializada dos serviços.

Cabe a Regulação Médica o gerenciamento da fila de solicitações por meio da Classificação de Prioridade, ordenando desta forma os encaminhamentos. Bem como, cabe à gestão desta Central o monitoramento da oferta de serviços por meio da Programação Pactuada Integrada – PPI.

Essa ação realizada pela Central de Regulação deve provocar a ampliação do cuidado clínico e da resolutividade na Atenção Básica, otimizando recursos em saúde, reduzindo deslocamentos desnecessários e trazendo maior eficiência e equidade à gestão das listas de espera.

O objetivo final desta estratégia de ação é a diminuição do tempo de espera ao atendimento especializado, bem como a garantia do acompanhamento, tanto pela Atenção Básica como Especializada, dando qualificação e resolutividade ao cuidado. Para tal, é fundamental o envolvimento dos três pontos do sistema, cada qual atuando dentro de suas competências.

2. ESTRUTURA DO PROJETO

Os Protocolos Clínicos foram elaborados em parceria entre os médicos reguladores da Central Estadual de Regulação Ambulatorial e os médicos atuantes nas diversas especialidades médicas nos Hospitais da SES.

Serão utilizados como base os protocolos disponibilizados pelo Ministério da Saúde e, na ausência destes, os protocolos clínicos emitidos pelas Sociedades Brasileiras das Especialidades Médicas ou na forma de medicina baseada em evidências e estarão igualmente disponíveis no Portal da SES em dois locais: menu Regulação e menu Atenção Básica, acesso aberto.

Após a aprovação dos mesmos será realizada capacitação da Atenção Básica para seguimento dos mesmos e implantação nas Centrais de Regulação e a busca ativa dos pacientes atualmente em espera na central de Regulação.

3. FLUXOS DO PROJETO

3.1. Da Regulação do Acesso e Gestão da Clínica

- a) A necessidade de consulta com o especialista deverá ser estabelecida por um profissional médico (pediatra, médico de família ou clínico geral) que constatará a necessidade da consulta e fará o consequente encaminhamento.
- b) O paciente que preenche os critérios do Protocolo de Acesso, seja por atendimento na Atenção Básica ou por outra Unidade de Atendimento Especializada, recebe o encaminhamento da consulta com a indicação clínica.
- c) Neste caso, o paciente ou seu responsável legal, procura a Unidade Básica de Saúde para inserção da solicitação da consulta/exame na Central de Regulação, via SISREG, seguindo a PPI pactuada do seu Município.
- d) O médico regulador identifica a solicitação e a justificativa do encaminhamento, classificando a prioridade de atendimento de acordo com o protocolo estabelecido e pactuado.
 - Somente estarão aptas para agendamento as solicitações de pacientes encaminhados que contenham no campo de observações do Sisreg todos os dados solicitados no formulário de encaminhamento, corretamente preenchidos e com a indicação do médico solicitante, nome e CRM.
- e) O paciente será agendado de acordo com a Classificação de Prioridade e conforme as vagas disponíveis na central de regulação.
- f) As solicitações que não estão devidamente preenchidas serão devolvidas para correto preenchimento. A ausência ou parcialidade nas informações compromete a eficácia da gestão das filas e, conseqüentemente da prioridade do agendamento.
- g) As unidades hospitalares da SES atenderão pela oferta de serviços de referência no Estado.
- h) O paciente, após o atendimento terá o retorno agendado na própria Unidade Hospitalar ou receberá o Relatório de Contrarreferência para acompanhamento pela Atenção Básica do seu Município.
- i) Ao município de origem do paciente caberá a garantia das consultas de seguimento pela Atenção Básica e a priorização da realização de exames complementares para que estejam disponíveis na consulta de retorno.

4. DOS FLUXOS DE ENCAMINHAMENTO

a. Fluxo de Encaminhamento pelo Médico Assistente/Solicitante:

Este fluxo será utilizado pelo médico solicitante (da Atenção Básica ou de outras Unidades de Saúde) para orientar a via de acesso que será utilizada no sistema de regulação (urgência ou ambulatorial), de acordo com os protocolos vigentes:

URGÊNCIA – são os encaminhamentos que não podem, em hipótese alguma, ser inseridos e aguardar em lista de espera, sob pena de graves comprometimentos clínicos e/ou físicos ao usuário.

Os Centros de Saúde devem inserir todos os encaminhamentos de urgência na Regulação, na cor azul, com justificativa clínica e hipótese diagnóstica, fornecidas pelo médico assistente, conforme o **Protocolo de Acesso para Atenção Especializada**, e posteriormente a solicitação será classificada por cor conforme o **Protocolo de Regulação** utilizado pelo médico regulador na Central Estadual de Regulação Ambulatorial.

PRIORIDADE – são aqueles encaminhamentos:

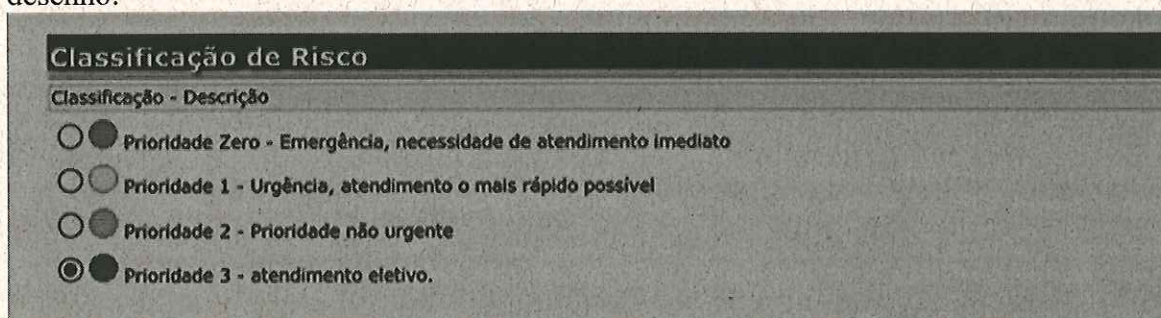
- I. Em que a demora na marcação altere sobremaneira a conduta a ser seguida.
- II. Cuja demora implique em quebra do acesso a outros procedimentos como, por exemplo: a realização de cirurgias.
- III. Todas as gestantes.

ROTINA – estas solicitações serão encaminhadas para Atenção Especializada, entretanto não apresentam indicação de prioridade pelo médico assistente devendo ser inseridos na Fila da Central de Regulação Ambulatorial ou na fila de espera, quando houver. Estes casos podem ser acompanhados pelos médicos da atenção básica e estas solicitações seguem a ordem cronológica de inserção para agendamento.

5. CLASSIFICAÇÃO DE PRIORIDADE/ PROTOCOLO DE REGULAÇÃO

No SISREG

A descrição da Classificação de Risco no Módulo Ambulatorial do SISREG segue o seguinte desenho:



Entretanto, como os agendamentos para consultas ambulatoriais são realizados com pelo menos 30 dias de antecedência, os conceitos atribuídos a estes níveis de prioridade/cores ocorrerão da seguinte forma:

CLASSIFICAÇÃO DE PRIORIDADE DE ATENDIMENTO

Grau de Prioridade	Encaminhamento	Motivos	Exemplos
Prioridade 1 (P1)	Urgência	Pacientes que necessitam atendimento especializado prioritário possíveis prováveis complicações.	Hemorragias sem repercussão hemodinâmica, dor importante, por emagrecimento, anemia.
Prioridade 2 (P2)	Eletivo prioritário	Pacientes que necessitam atendimento médico num curto período de tempo.	Investigação de dor crônica.
Prioridade 3 (P3)	Prioridade não urgente	São situações clínicas sem gravidade que necessitam um agendamento eletivo.	Esteatohepatite.
Prioridade 4 (P4)	Eletivo	Pacientes que necessitam atendimento médico eletivo não prioritário e podem ser acompanhados inicialmente pelos médicos da atenção básica.	Constipação, diabetes compensado.

6. ELABORAÇÃO DOS PROTOCOLOS

Contamos com a colaboração dos especialistas que atuam nas Unidades de Saúde da SES para a elaboração dos mesmos.

Cada ressaltar que o Ministério da Saúde já disponibiliza uma lista de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas que estão disponíveis no Portal do Ministério da Saúde e/ou no Portal da SES, no menu Regulação > Protocolos e Diretrizes Terapêuticas para serem utilizados como base.

Portanto, para que o fluxo de encaminhamentos e regulação seja adequado às necessidades do seu Serviço solicitamos a gentileza de nos encaminhar as seguintes informações:

- INDICAÇÕES – principais motivos de encaminhamentos aos especialistas para cada área, mas não são limitadas a estes.

- NOME DA PATOLOGIA OU SINAL OU SINTOMA Critérios de encaminhamento: são os critérios definidos para encaminhamento para a especialidade dentro de cada patologia ou sinal ou sintoma. Em geral, devem ser encaminhados casos refratários ao tratamento na UBS, em uso de polifármacos, sem diagnóstico na investigação inicial ou em dúvida diagnóstica.

- Evidências clínicas e complementares: Informações relevantes: neste item constam as principais informações necessárias ao encaminhamento dentro de cada patologia ou sinal ou sintoma para possibilitar a regulação do procedimento. Quanto mais detalhadas, melhor será a regulação do mesmo. História clínica com sintomas, tempo de evolução, agudização, sinais de gravidade, medicações em uso, resposta ao tratamento, hipótese (s) diagnóstica (s), exame físico, resultados de exames complementares com informação de valores laboratoriais e laudos, efeitos colaterais das medicações em uso, são importantes. Observações dos principais achados patológicos e sugestões de condutas antes de encaminhamento ao especialista também constam nesse item.

- Exames complementares necessários: são exames sugeridos como triagem inicial antes do encaminhamento à especialidade. Não são obrigatórios, porém são fundamentais que sejam considerados antes de encaminhar o paciente visando a resolutividade dos casos na Unidade Básica de Saúde. As solicitações sem esses exames estão sujeitas a devolução com questionamento de seus resultados por parte do médico regulador para possibilitar a classificação de risco adequada do paciente.

Segue abaixo o que dispomos até o momento. Contamos com a sua colaboração para que este processo se concretize em breve.

7- PROTOCOLO DE ACESSO – BERA (PEATE) - ADULTO

CRITÉRIOS DE ENCAMINHAMENTO

- Quadros de meningite ou traumatismo crânio encefálico;
- Identificação de limiar eletrofisiológico em pacientes difíceis de serem avaliados por meio dos procedimentos audiológicos de rotina, dentre elas: pacientes com transtornos psiquiátricos ou neurológicos;
- Detecção de tumores do nervo acústico;
- Lesões do tronco encefálico;
- Identificação de neuropatia auditiva;
- Diagnóstico do tipo de deficiência auditiva;
- Mensuração objetiva da audição em adultos para fins diagnósticos e legais: simulação e dissimulação;
- Microfonismo coclear;
- Confirmação e monitoramento nos limiares de audiometria das perdas induzidas por níveis de pressão sonora elevados (PAINPSE);
- Avaliação e/ou monitoramentos do sistema auditivo de indivíduos expostos a substâncias ototóxicas e/ou neurotóxicas;
- Queixa de zumbido;
- Esclerose em placa, leucodistrofias, Alzheimer e tumores intracranianos da fossa posterior;
- Diagnóstico diferencial de doenças otológicas;
- Baixa discriminação vocal (o paciente "escuta, mas não entende");
- Doença degenerativa e vascular;
- Transtorno do Processamento Auditivo (Central);
- Perdas Auditivas Sensório-neurais Súbitas;
- Perdas Auditivas Sensório-neurais assimétricas.

EVIDÊNCIAS CLÍNICAS E COMPLEMENTARES

- História clínica e exame otorrinolaringológico completo;
- Exames audiológicos de rotina realizados.

PROFISSIONAIS SOLICITANTES

Médicos da Atenção Básica e especialistas.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO/ PROTOCOLO DE REGULAÇÃO

VERMELHO	Quadros de meningite ou traumatismo crânio encefálico - Perdas auditivas súbitas
AMARELO	- Detecção de tumores do nervo acústico - Lesões do tronco encefálico - Perdas auditivas sensório-neurais Súbitas - Perdas auditivas sensório-neurais assimétricas
VERDE	- Identificação de limiar eletrofisiológico em pacientes difíceis de serem avaliadas por meio dos procedimentos audiológicos de rotina, dentre elas: pacientes com transtornos psiquiátricos ou neurológicos - Diagnóstico do tipo de deficiência auditiva - Mensuração objetiva da audição em adultos para fins diagnósticos e

	<p>legais: simulação e dissimulação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Confirmação e monitoramento nos limiares de audiometria das perdas induzidas por níveis de pressão sonora elevados (PAINPSE) - Avaliação e/ou monitoramentos do sistema auditivo de indivíduos expostos a substâncias ototóxicas e/ou neurotóxicas - Queixa de zumbido - Esclerose em placa, leucodistrofias, Alzheimer e tumores intracranianos da fossa posterior - Diagnóstico diferencial de doenças otológicas - Baixa discriminação vocal (o paciente "escuta, mas não entende") - Doença degenerativa e vascular - Identificação de neuropatia auditiva - Microfonismo coclear.
AZUL	- Transtorno do Processamento Auditivo (Central).

ORIENTAÇÕES QUE DEVEM SER FORNECIDAS AOS PACIENTES NO MOMENTO DO AGENDAMENTO DO EXAME:

- Os pacientes deverão comparecer para a realização do exame bem relaxados e sem preocupações.
- A realização do exame será feita preferencialmente com o paciente dormindo, com sono natural.
- Os pacientes deverão comparecer para a realização do exame sem o uso de maquiagens e preferencialmente sem brincos, ou com brincos fáceis de serem retirados.
- Os pacientes devem realizar uma avaliação audiológica básica (audiometria e imitânciometria) antes da realização do BERA (PEATE) e deverão levar consigo os resultados da mesma no dia da realização do exame.

PROTOCOLO DE ACESSO – ESTUDO DE EMISSÕES OTOACÚSTICAS EVOCADAS TRANSITÓRIAS E PRODUTOS DE DISTORÇÃO

CRITÉRIOS DE ENCAMINHAMENTO

- Suspeita de perda auditiva em pacientes com comprometimento neurológico ou psíquico (lesões no encéfalo, transtorno do espectro do autismo) que não têm condições de responder à audiometria tonal;
- Tratamento e prognóstico da surdez súbita;
- Monitoramento da função coclear, exposição a ruídos, medicamentos ototóxicos – aminoglicosídeos, quimioterápicos, aspirina e produtos químicos no ambiente de trabalho;
- Diagnóstico diferencial de perdas auditivas sensorio-neurais.

EVIDÊNCIAS CLÍNICAS E COMPLEMENTARES

- História clínica e exame otorrinolaringológico completo;
- Exames audiológicos de rotina realizados.

PROFISSIONAIS SOLICITANTES

Médicos da Atenção Básica e especialistas.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO/ PROTOCOLO DE REGULAÇÃO

VERMELHO	Tratamento e prognóstico da surdez súbita
AMARELO	- Suspeita de perda auditiva em pacientes com comprometimento neurológico ou psíquico (lesões no encéfalo, transtorno do espectro do autismo) que não têm condições de responder à audiometria tonal - Monitoramento da função coclear, exposição a ruídos, medicamentos ototóxicos – aminoglicosídeos, quimioterápicos, aspirina e produtos químicos no ambiente de trabalho - Diagnóstico diferencial de perdas auditivas sensorio-neurais
VERDE	
AZUL	

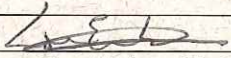
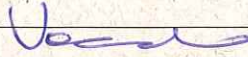
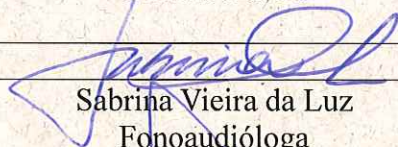
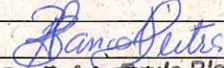
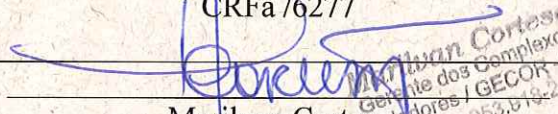
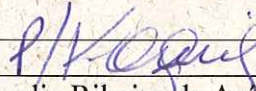
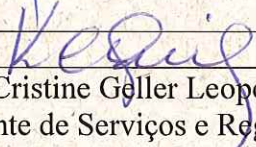
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEVILAQUA, Maria Cecília; MARTINEZ, Maria Angelina Nardi; BALEN, Sheila Andreoli; PUPO, Altair Cadrobbi; REIS, Ana Cláudia Mirândola Barbosa; FROTA, Silvana. TRATADO DE AUDIOLOGIA. São Paulo: Santos, 2012.

ROESER, Ross J. MANUAL DE CONSULTA RÁPIDA EM AUDIOLOGIA. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.



10. COLABORADORES:

 Dra Telma E. da Silva Médica Reguladora GECOR CRM/SC 8316	 Dra Norma T. de Castro Médica Reguladora Estadual CRM/SC 2283
 Sabrina Vieira da Luz Fonoaudióloga CRFa /6277	 Ana Patrícia Branco Dutra Clínica de Fonoaudiologia-UFSC Fonoaudiologia CCSAUFSC
 Marilvan Cortese Gerente de Complexos Reguladores SES	 Claudia Ribeiro de Araujo Goncalves Diretora de Planejamento, Controle e Avaliação do SUS
 Karin Cristine Geller Leopoldo Superintendente de Serviços e Regulação	(Empty cell)

